



PREFEITURA DE
RIO BRANCO
PRODUÇÃO, EMPREGO E DIGNIDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEFIN

Relatório Anual de Gestão Exercício 2021



SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

RIO BRANCO/AC – 2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2021

**Relatório de Gestão do exercício 2021 elaborado de acordo com a
Resolução TCE/AC nº 87/2013 e IN CGM nº 07/2021**

Tião Bocalom
Prefeito de Rio Branco

Área de Gestão

Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

Antônio Cid Rodrigues Ferreira
Secretário Municipal de Finanças

Carlos Fabio Alves Monteiro Pereira
Diretor de Contabilidade

Francisco Tavares da Silva Neto
Diretor de Tesouraria

Fabício de Melo Sousa
Diretor de Administração Tributária

RIO BRANCO/AC – 2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

LISTA DE QUADROS

1	Identificação da SEFIN	
2	Apuração do Superávit Financeiro de Exercício Anterior	
3	Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	
4	Demonstrativo da Execução Física e Financeira das Ações	
5	Composição das Receitas Executadas	
6	Demonstrativos da Previsão e Realização de Receitas Orçamentárias	
7	Programação das Despesas de Correntes	
8	Programação das Despesas de Capital	
9	Programação da Despesa Total do Órgão	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

LISTA DE GRÁFICOS

1	Arrecadação Anual Total do IPTU	
2	Arrecadação Anual Total de ITBI	
3	Arrecadação Anual Total de ISSQN	
4	Arrecadação Anual Total do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	
5	Receitas de Transferência - Fundo de Participação dos Municípios - FPM	
6	Receitas de Transferências - ICMS	
7	Receitas de Transferências - IPVA	
8	Receitas de Transferências - SUS	
9	Receitas Totais PMRB	
10	Receita Corrente Líquida - RCL	
11	Percentual da Despesa Total com Pessoal - DTP	
12	Despesas com ASPS - Saúde	
13	Despesas com MDE - Educação	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

LISTA DE FIGURAS E FOTOS

1	Organograma da Secretaria Municipal de Finanças	
2	Drone	
3	Treinamento teórico para pilotagem do drone	
4	Treinamento prático de pilotagem do drone	
5	Treinamento prático de pilotagem do drone	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

SIGLAS E ABREVIATURAS

CGM	Controladoria Geral do Município
COSIP	Contribuição Social para Iluminação Pública
DOE	Diário Oficial do Estado
DTP	Despesa Total com Pessoal
EC	Emenda Constitucional
FAAO	Faculdade da Amazônia Ocidental
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Básico
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
NFS-E	Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
PARF	Programa de Auxílio à Regularização Fiscal dos Contribuintes de Rio Branco
PMEF	Programa Municipal de Educação Fiscal
PMRB	Prefeitura Municipal de Rio Branco
PPA	Plano Plurianual
RCL	Receita Corrente Líquida
SEFIN	Secretaria Municipal de Finanças
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Acre



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

TCU	Tribunal de Contas da União
WEBPÚBLICO	Sistema que integrou em uma única plataforma os sistemas ÁGATA (tributário), SAFIRA (contábil) e TURMALINA (recursos humanos)

T



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. VISÃO GERAL	10
3. PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FISCAL - PMEF	13
4. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	15
5. DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA – PRINCIPAIS RECEITAS	19
5.1 Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	20
5.2 Imposto Sobre a Transmissão de Bens inter vivos - ITBI	21
5.3 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	21
5.4 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	22
6. COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA ...	23
6.1 Fundo de Participação dos Municípios – FPM	23
6.2 Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS .	24
6.3 Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.....	25
6.4 Sistema Único de Saúde – SUS	26
7. RECEITAS TOTAIS DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO.....	26
7.1 Superávit Financeiro.....	27
7.2 Receita Corrente Líquida - RCL.....	28
7.3 Despesas com Pessoal – Executivo	29
7.4 Limite Constitucional de Investimentos em Saúde.....	29
7.5 Limite Constitucional de Investimentos em Educação	30
8. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	31
8.1 Plano Plurianual – PPA	31
8.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	32
8.3 Lei Orçamentária Anual– LOA	34
8.3.1 Receita	34
8.3.2 Despesas	35
9. RESULTADOS E CONCLUSÕES	36



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório Anual de Gestão – RAG tem como principal objetivo cumprir o dever precípua de prestar contas das ações realizadas pelos gestores públicos responsáveis pela unidade organizacional em questão, considerando a observância a legislação vigente e, neste caso em destaque, apresentando a avaliação das ações planejadas pela Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN, considerando o PPA (2018-2021), bem como os instrumentos de planejamento da Prefeitura Municipal de Rio Branco LDO e LOA aprovadas para o exercício de 2021.

A conjuntura econômica e política em que os entes subnacionais tiveram que atuar em 2021 ainda apresentou grandes reflexos das dificuldades enfrentadas nos últimos anos, considerando as significativas mudanças pela qual o Brasil vem passando nestes ambientes. Somado a isso a crise econômica advinda com a pandemia da covid19 apresentou muitas complicações para o equilíbrio das contas públicas.

Em Rio Branco, com o objetivo de manter a austeridade das contas públicas, diversas medidas foram adotadas com o objetivo de manter os níveis de arrecadação, redução das despesas de custeio e ênfase na qualidade do gasto público. Um cenário desafiador devido a rigidez no comportamento das despesas e a necessidade de não prejudicar serviços essenciais à população.

Por isso, merece destaque no relatório o comportamento das receitas visando demonstrar as medidas adotadas e os resultados alcançados com cada uma delas. Sendo a SEFIN uma secretaria meio, tem entre seus objetivos o controle das receitas e despesas, ambas necessárias à execução dos diversos programas em cada uma das secretarias/órgãos.

Foi realizado um intenso trabalho de monitoramento fiscal, por meio da Divisão de Fiscalização Tributária e de Inteligência Fiscal, principalmente, nas empresas prestadoras de serviços, e o aprimoramento das ações de orientação e informação aos contribuintes, objetivando aumentar a arrecadação e a consequente diminuição dos índices de inadimplência em alguns dos tributos.

Não obstante, o grande desafio da gestão pública é manter com excelência a prestação dos serviços públicos por meio da utilização racional de seus recursos, ampliando a arrecadação própria sem aumento da carga tributária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

2. VISÃO GERAL

Quadro 1 – Identificação do órgão

Denominação completa: Secretaria Municipal de Finanças	
Denominação abreviada: SEFIN	
Código LOA: 01.009.000.000	
Telefones/Fax de contato:	(68) 3212-7026
E-mail: gabinete.sefin@riobranco.ac.gov.br	
Endereço Postal: Rua Rui Barbosa, 285 – Centro. Rio Branco/AC. CEP: 69.900-084	
Normas relacionadas ao Órgão	
Lei nº. 1.959/2013, publicada em 01/03/2013 no DOE nº. 10.998, p. 42. Decreto nº. 043/2019, publicado em 30/01/2019 no DOE nº. 12.481, p. 185. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001 DE 11 DE JUNHO DE 2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02 DE 11 DE JUNHO DE 2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003 DE 1º DE MARÇO DE 2016. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004 DE 04 DE OUTUBRO DE 2017. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005 DE 04 DE OUTUBRO DE 2017. LEI COMPLEMENTAR Nº 33 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017. SEFIN-INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06 DE 30 DE JULHO DE 2018. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 001 DE 30 DE JULHO DE 2018. INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 002 DE 22 DE ABRIL DE 2019. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 008 DE 22 DE ABRIL DE 2019. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 009 DE 21 DE MAIO DE 2019. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 010 DE 04 DE MAIO DE 2020. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 011 DE 14 DE OUTUBRO DE 2020. SEFIN-SEMSA-SEMEIA-INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 001/2021. SEFIN-PORTARIA Nº 019 DE 19 DE ABRIL DE 2021. INSTRUÇÃO NORMATIVA SEFIN Nº 001 DE 28 DE JUNHO DE 2021. INSTRUÇÃO NORMATIVA SEFIN Nº 002 DE 01 DE JULHO DE 2021.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

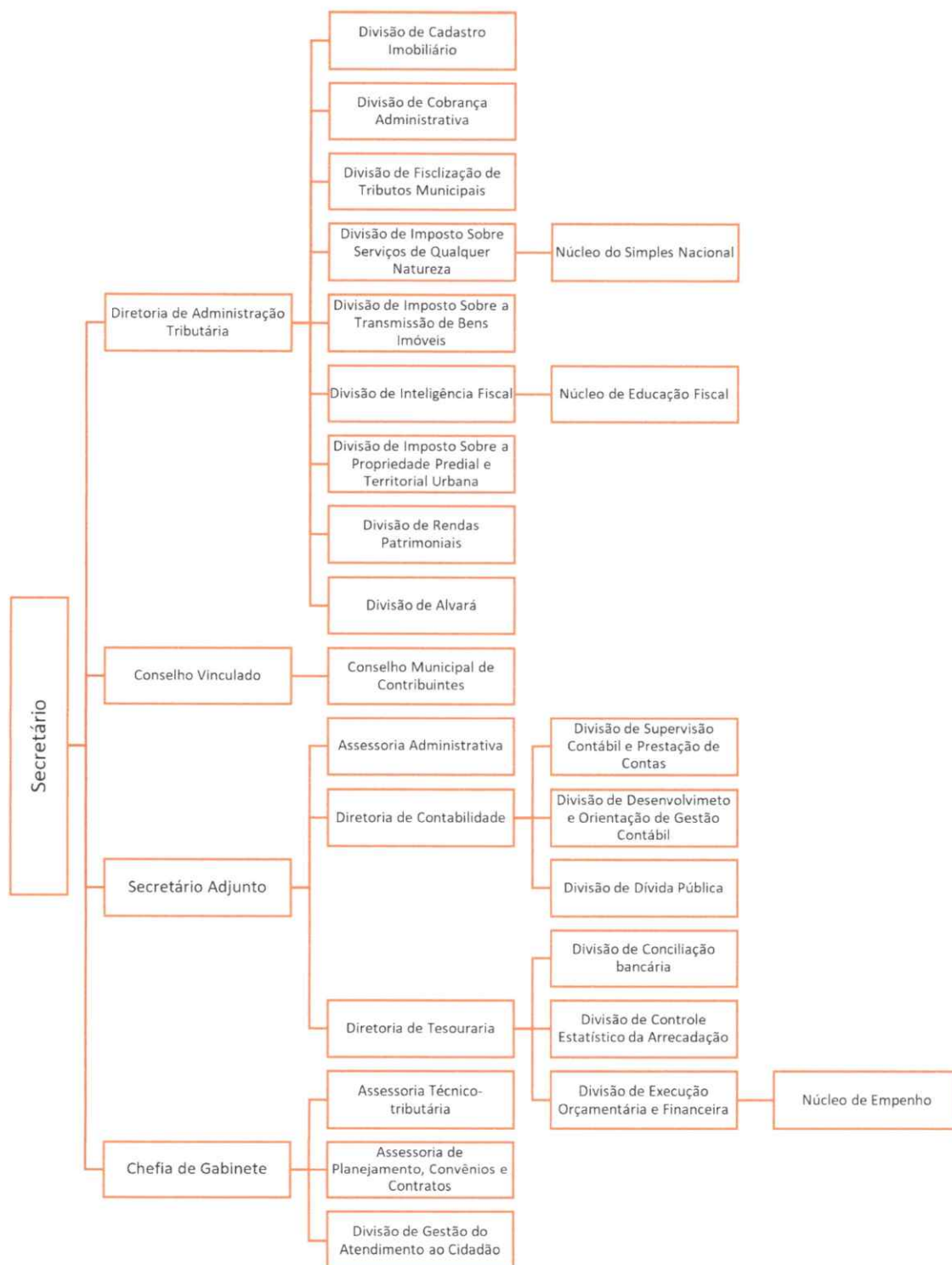
Unidades vinculadas	
Código	Nome
01.009.199.000	Tesouro Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

A organização administrativa da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN, passou por uma Reforma no exercício de 2019, estando disposta no art. 1º do Decreto nº 043 de 16 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 12.481 de 30 de janeiro de 2019.

Figura 1 – Organograma da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

De acordo com o artigo 40, VIII, da Lei nº 1.959, atualmente a Secretaria Municipal de Finanças possui as seguintes atribuições:

1. Formular e executar as políticas de administração tributária, econômica e financeira do Município;
2. Planejar, programar e executar as atividades relacionadas com receita, despesa, contabilidade e compras do Município;
3. Proceder à arrecadação, aplicação e fiscalização das receitas do Município;
4. Planejar, coordenar, formular e executar a política de compras do Município;
5. Julgar, em última instância, os processos de natureza tributária;
6. Expedir ou propor normas sobre Administração Fazendária;
7. Regulamentar a Legislação Tributária;
8. Garantir a eficiência do atendimento ao cidadão, no âmbito da Secretaria;
9. Transmitir ao Tribunal de Contas informes relativos à administração financeira e patrimonial do Município;
10. Gerir de forma centralizada procedimentos que visem à contratação de bens e serviços pelo Município, Fundações, Empresas Públicas, e demais entidades submetidas ao controle do Poder Executivo Municipal;
11. Propor cursos de capacitação aos pregoeiros e servidores em gerais, de modo a permitir uma continuada aprendizagem e atualização de temas polêmicos da área de licitações;
12. Decidir pela abertura de processo administrativo visando aplicação de penas aos licitantes no cometimento de ilícitos na fase interna dos processos;
13. Propor índice de atualização do valor de propriedade imobiliária para efeito de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;
14. Apurar e promover a inscrição da dívida ativa do Município;
15. Promover e estabelecer o controle da arrecadação financeira dos espaços públicos de uso delegado.
16. Coordenar o processo de participação social e de gestão nas administrações das regionais do município
17. Formular e promover a execução de políticas de desenvolvimento de pequenos negócios;
18. Estimular e acompanhar a criação de práticas empreendedoras como oportunidades de geração de emprego e renda, praticadas nas diferentes formas de organização social;
19. Promover a articulação entre o setor público e o setor produtivo, visando o desenvolvimento de programas e projetos, bem como a transferência de tecnologias, para o desenvolvimento de pequenos negócios.

3. PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FISCAL - PMEF

Instituída em conformidade com o estabelecido pela Portaria nº 413, de 31 de dezembro de 2002, pelo Ministério da Fazenda e Ministério da Educação.

Entende-se que a escola é o local mais adequado para formar os futuros cidadãos, por isso Rio Branco, como a maioria dos municípios do País, implementou o Programa de Educação Fiscal na rede municipal de ensino, uma vez que está ligada diretamente à cidadania, no desenvolvimento de atitudes e valores éticos e cívicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

A Educação Fiscal surge como proposta de despertar na sociedade uma reflexão e uma ação participativa, voltada para a percepção do contexto em que o cidadão está inserido, dando a ele informações para uma atuação consistente e de contribuição para a melhoria das condições sociais vigentes. Ela passa por mostrar a todos como funciona a máquina pública, resultando em uma aproximação do cidadão com o estado, compreendendo que este tem como princípio e fim servir ao bem comum.

Para esta atuação cidadã, é necessário que a população domine informações sobre gestão fiscal do país, estado ou município. Despertar no cidadão o seu papel de contribuinte, conscientizá-lo sobre a sua função social do tributo é, no mínimo transformar a sociedade numa aliada contra a sonegação fiscal. A Educação Fiscal se propõe a disseminar conhecimentos que embasam essa atuação: como se arrecadam os recursos; como se investe o dinheiro; de que mecanismos a sociedade dispõe para controlar o destino de recursos e bens públicos.

A proposta de trabalho da Educação Fiscal deve ser vista, no currículo, não como uma nova disciplina, mas como um tema transversal, que atravessa a atividade educativa em seu conjunto, atingindo os conteúdos das diversas áreas, ao longo de todas as etapas educativas. Seus objetivos podem estar presentes em todos os seus conteúdos. É um tema muito amplo, cuja abordagem na escola é mais fácil quando trabalhada em seus vários aspectos. O professor tem, portanto, um papel importante na escolha dos procedimentos adotados, como dinamizador e motivador do processo que culminará com a atitude do aluno.

O cidadão consciente da função social do tributo como forma de redistribuição da Renda Nacional e elemento de justiça social, é capaz de participar do processo de arrecadação, aplicação e fiscalização do dinheiro público, transformando nossa realidade e diminuindo assim o foco de desigualdades sociais existentes.

Com o Programa de Educação Fiscal pretende-se, portanto, uma sociedade mais lúcida e articulada. Persegue um Brasil mais justo e bem informado. Busca contribuir para que o cidadão seja um agente de mudanças, consciente da necessidade de cooperar com o pagamento dos tributos e atento às ações administrativas do estado, fiscalizando a aplicação das finanças públicas e demandando serviço público de boa qualidade.

Em 2021 grandes desafios foram enfrentados para manutenção deste programa, pois com a suspensão das aulas presenciais tivemos que nos reinventar, não sendo possível a entrega de cartilhas e realização do evento de premiação de redação.

A quantidade de escolas subiu de vinte para vinte e cinco, e a quantidade de alunos abrangidos fora de 8.156 (oito mil cento e cinquenta e seis), muitos destes participaram dos encontros online.

Todavia, mesmo com as limitações, algumas atividades foram desenvolvidas pelo Programa de Educação Fiscal:

- a) Planejamento, estudo e confecção de material didático, para oferecer às escolas, visando contribuir para o enriquecimento de informações a serem trabalhadas com os alunos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

b) Realização de encontros pedagógicos online com o objetivo de:

- Intensificar e avaliar as ações;
- Relatar atividades realizadas em cada unidade escolar e trocar experiências com os participantes, com reuniões online;
- Levantar informações para definir o perfil da clientela atendida pela escola pública municipal;
- Subsidiar os coordenadores pedagógicos, no sentido de desenvolver, junto aos professores, o material pedagógico distribuído;

O evento de premiação não foi realizado, em decorrência do distanciamento social, todavia, os prêmios e kit lanches passam por fase licitatória.

4. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Com o advento do exercício de 2021, a Administração Tributária do Município de Rio Branco, agora envolta de um novo status pela criação da sua Lei Orgânica, em continuidade ao Programa de Modernização da Administração Tributária – seguiu buscando a reorganização, reestruturação e autonomia na arrecadação e gestão ainda mais eficiente dos tributos municipais.

Em janeiro/2017 procedeu-se à reformulação da INTELIGÊNCIA FISCAL, reposicionando-a como Setor diretamente vinculado ao DAT, para atuar no controle, avaliação e monitoramento de contribuintes e auxiliar na otimização dos serviços e procedimentos internos, por meio de proposições, deliberações e normatizações direcionados à eficiência da gestão tributária, ao incremento da arrecadação e ao combate à evasão e sonegação fiscal.

Assim, com o advento da Lei Orgânica da Administração Tributária, a Divisão de Inteligência Fiscal passou a compor expressamente os Órgãos de Execução da Administração Tributária, consoante previsão do art. 12, inciso X, da Lei Complementar nº 30/2017.

Em 2019 diante do contexto da Reforma Administrativa da Administração Municipal, foram reposicionados os setores internos da Secretaria Municipal de Finanças, por meio do Decreto nº 043/2019, no qual a Divisão de Inteligência Fiscal consta como unidade vinculada à Diretoria de Administração Tributária.

O Monitoramento Fiscal destaca-se como um novo modelo de fiscalização que objetiva verificar o cumprimento das obrigações tributárias e conferir ao contribuinte a espontaneidade no recolhimento de tributos por um prazo determinado. Por meio dele, a Administração Tributária objetiva coibir a sonegação fiscal, aumentar a arrecadação espontânea e a recuperação de receita, além de ampliar o controle do Fisco sobre os contribuintes.

Desse modo, com base nas disposições do Código Tributário Municipal, artigos 326 a 329-A, que versam sobre o instituto da Fiscalização Orientadora e do Monitoramento



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Fiscal, assim como na regulamentação estabelecida pela Instrução Normativa SEFIN nº 03/2016, foram realizadas ações de acompanhamento, controle e avaliação da movimentação econômica e tributária de contribuintes de maior interesse de arrecadação real e potencial, assim como de segmentos inteiros de contribuintes com possíveis anomalias e reiterado descumprimento das normas tributárias, de modo a promover regularizações espontâneas e adequações à legislação municipal.

Assim, a Divisão de Inteligência Fiscal desenvolveu, de modo contínuo, o monitoramento eletrônico dos 100 (cem) maiores contribuintes diretos do ISSQN, de acordo com relatórios do Sistema de Nota Fiscal eletrônica. Foram realizados levantamentos e análises da movimentação tributária dos maiores contribuintes do Município, os quais dividem-se nos seguimentos de Educação, Saúde, Construção Civil, Instituições Financeiras, Concessionárias e Reparo de Veículos, Hotelaria, Serviços Funerários, Segurança e Transporte de Valores.

Neste ponto, convém destacar que os desdobramentos do monitoramento eletrônico, com o desenvolvimento de procedimentos voltados à regularização espontânea dos contribuintes, bem como os encaminhamentos para abertura de ação fiscal ficaram prejudicados em virtude do contexto da pandemia no novo coronavírus. De modo que, a princípio se ateve à identificação de pendências e distorções que ensejarão a adoção de medidas e procedimentos de fiscalização orientadora e planejamento de ações fiscais focadas em coibir a evasão e a sonegação fiscal, em momento posterior às ações emergenciais da pandemia causada pelo novo Coronavírus.

Em atenção à demanda da Secretária de Finanças, realizou-se o levantamento pormenorizado de todos os débitos dos Órgãos Públicos Municipais e Estaduais com o Município de Rio Branco.

Com a finalidade de orientar as ações do Município de Rio Branco no cenário da Reforma Tributária em curso, foram realizadas pesquisas e estudos sobre as propostas que estão em andamento (PEC 110, PEC 45 e Simplifica Já), levantando-se as principais características e impactos de cada uma.

Objetivando a consolidação de entendimentos e a padronização de métodos e procedimentos necessários a imprimir maior segurança jurídica à relação fisco-contribuinte, garantir a eficiência na atuação fiscal e gerar resultados favoráveis ao Município, a Inteligência Fiscal propôs melhorias em alguns instrumentos normativos da SEFIN, que resultou na alteração das Instruções Normativas n.º 02/2015 e 03/2016.

Considerando que a Divisão se propõe a uma atuação deliberativa, procedeu-se estudos, pesquisas, levantamento de projetos e propostas voltados à busca de soluções e implementação de medidas que visem a recuperação das finanças públicas municipais em face da crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus, de modo a auxiliar na elaboração de ações que possam minimizar o impacto causado na arrecadação tributária.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Também foram realizadas pesquisas e a elaboração de Ofícios para a Energisa requisitando os dados necessários ao acompanhamento e controle da arrecadação da COSIP, bem como reiterando o interesse na celebração de parceria para compartilhamento de informações, especialmente com vistas à atualização do Cadastro Imobiliário.

A modernização e mudança de paradigma, no que tange à atuação dos auditores fiscais de tributos, é de crucial importância para o município, uma vez que impacta positivamente na arrecadação própria, simplifica as obrigações tributárias, reduz a litigiosidade e aumenta o consentimento à tributação municipal.

No desenvolvimento da ação de Atualização do Cadastro Multifinalitário, a Divisão de Cadastro imobiliário realizou 14.589 (quatorze mil quinhentos e oitenta e nove) atualizações, entre imóveis com proprietários ignorados, metragens incorretas, endereços, e etc.

Para atualização aerofotogramétrica da área urbana de Rio Branco a Secretaria de Finanças adquiriu um aparelho drone, com isso será possível alcançar áreas inacessíveis à topografia convencional.

Foto 2: Drone



Fonte: Wilson Leite

Fora realizado treinamento para o manuseio do drone, e contou com a participação do chefe da Divisão de Cadastro, bem como dos técnicos. Nesse caso a secretaria de Finanças contratou especialista no assunto que fez treinamento teórico e prático com os servidores.

Todavia é necessário computador adequado para recebimento dos dados fornecidos pelo drone, assim sendo, já fora licitado um *worstation*, que se trata de computador de tecnologia avançada que possa receber os dados e imagens.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Foto 3: Treinamento teórico para pilotagem do drone



Fonte: Wilson Leite

Foto 4: Treinamento prático de pilotagem do drone



Fonte: Wilson Leite

Assinatura manuscrita em azul.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Foto 5: Treinamento prático de pilotagem do drone



Fonte: Assessoria de Comunicação PMRB

Diante desse panorama, vê-se que a Administração Tributária deve ter precedência para a gestão municipal, dado à sua real e potencial importância na captação dos recursos necessários para subsidiarem a disponibilização de serviços e bens públicos para a sociedade, conseguinte, garantia ao Chefe do Poder Executivo a efetivação do seu plano de governo, no que tange à execução de políticas públicas que corroboram para o desenvolvimento do município.

5. DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA – PRINCIPAIS RECEITAS

A arrecadação própria do município de Rio Branco, considerando o exercício de 2021, foi analisada pela composição dos seguintes elementos: Impostos, Taxas, COSIP, Dívida Ativa, Multas e Juros, Receita Patrimonial, Receita de Serviços, Outras Receitas Correntes e Receitas de Capitais.

Nessa esfera, foi arrecadado o montante de R\$ 1.215.700.221,07 (um bilhão, duzentos e quinze milhões, setecentos mil, duzentos e vinte e um reais e sete centavos), denotando um crescimento na receita a contrário sensu do cenário econômico do país, tendo em vista as dificuldades enfrentadas, no tocante à manutenção e custeio dos municípios com a pandemia que assola todo o mundo.

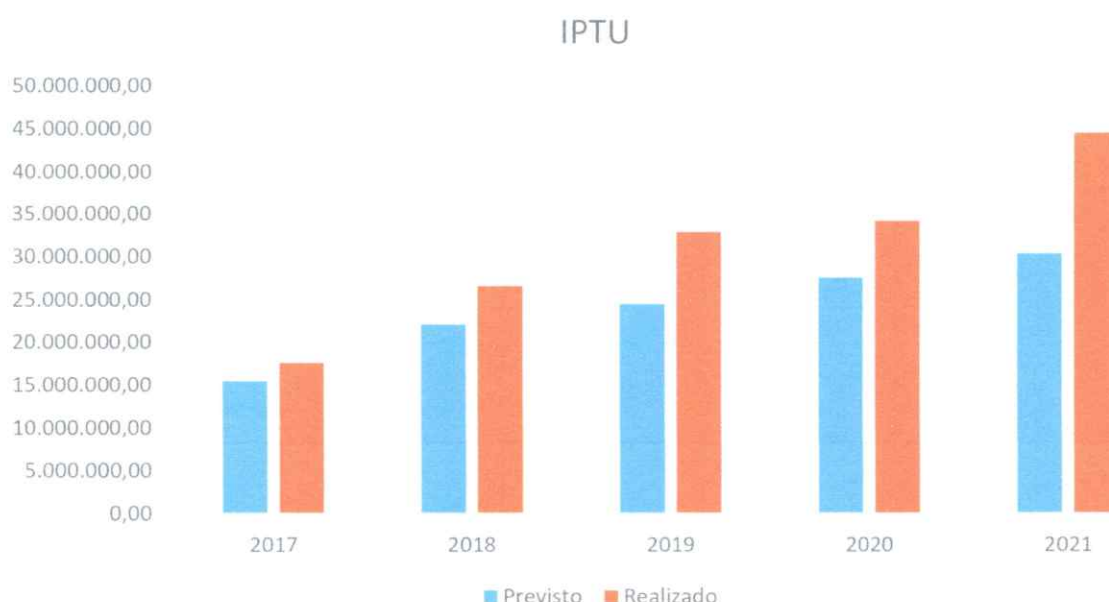


PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

5.1 Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU

A arrecadação do IPTU vinha demonstrando uma constância em crescimento anual, revelando serem eficazes os trabalhos desenvolvidos pela Administração Tributária deste município, mesmo com a crise econômica gerada pela pandemia, como destaca abaixo:

Gráfico 1: Arrecadação Anual do IPTU



Fonte: RBWEB SEFIN (2022).

Nota-se que a arrecadação prevista de R\$ 30.341.317,00 (trinta milhões, trezentos e quarenta e um mil, trezentos e dezessete reais), fora superada em mais de quatorze milhões de reais, chegando ao valor de R\$ 44.544.290,32 (quarenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, duzentos e noventa reais e trinta e dois centavos), e comparado ao ano anterior, o aumento fora um pouco mais de dez milhões de reais.

Tal crescimento deve-se também às mudanças realizadas no Cadastro Imobiliário, tendo sido remanejado para a Secretaria de Finanças e desenvolvendo trabalho efetivo com realização de atualização cadastral dos imóveis. Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo Cadastro Imobiliário temos o mapeamento por meio fotográfico do município de Rio Branco que foi realizado no exercício de 2021, uma vez que já fora adquirido drone, e o workstation encontra-se em fase de licitação, o que permitirá o recebimento das imagens e informações.

Lembrando, também, as ações realizadas pela Divisão de Fiscalização em parceria com a Inteligência Fiscal na identificação e notificação dos maiores devedores do



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

município, ademais disso, tem-se o constante acompanhamento dos parcelamentos pela Divisão de Cobrança Administrativa e de Dívida Ativa.

5.2 Imposto Sobre a Transmissão de Bens inter vivos - ITBI

O ITBI teve uma arrecadação de 9.944.464,45 (nove milhões, novecentos e quarenta e quatro reais, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), apresentando uma redução na arrecadação de R\$ 1.843.927,99 (um milhão, oitocentos e quarenta e três mil, novecentos e vinte e sete reais e noventa e nove centavos).

Gráfico 2: Arrecadação Anual do ITBI



Fonte: RBWEB SEFIN (2022).

Verifica-se que não houve aumento dessa receita em comparação com exercício de 2020, por conta do desaquecimento do mercado imobiliário, principalmente nessa fase difícil que temos enfrentado com a pandemia.

A expectativa é de um aumento ainda maior na arrecadação desta receita, considerando a expansão do perímetro urbano na cidade de Rio Branco, com novos investimentos no setor de cadastro imobiliário.

5.3 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

O ISSQN é o responsável por mais da metade da receita própria de Rio Branco, pode-se considerá-lo como o principal imposto para financiamento deste município. Todavia, vem enfrentado uma contínua crise em todo território nacional, e todos os esforços vêm sendo empregados para o aumento desta receita, como a realização de



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Monitoramentos e Ações Fiscais de ISSQN de todo o Setor Bancário no município de Rio Branco.

No exercício de 2021 apresentou-se alcançou uma melhora nesta receita através de estratégias aplicadas pela Administração Tributária, no sentido de alavancar os trabalhos de auditorias e monitoramentos fiscais, além das orientações quanto às emissões de notas e maior acompanhamento no enquadramento do Simples Nacional.

Gráfico 3: Arrecadação Anual do ISSQN



Fonte: RBWEB SEFIN (2022).

A arrecadação fora de R\$ 92.798.963,99 (noventa e dois milhões, setecentos e noventa e oito mil, novecentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos). Mesmo com a queda, esta continua sendo a maior receita própria nesta municipalidade.

5.4 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF

A arrecadação do IRRF apresentou um crescimento em relação ao esperado, levando em consideração que esta receita está vinculada, principalmente, ao valor da folha de pessoal dos entes, e que a Constituição de 1988 garantiu a arrecadação deste tributo para os municípios, tem-se tornado uma importante fonte para custear os serviços públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

O valor da arrecadação no exercício de 2021 foi de R\$ 32.681.748,15 (trinta e dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil, setecentos e quarenta e oito reais e quinze centavos), sendo arrecadado R\$ 1.954.527,15 (um milhão, novecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte e sete reais e quinze centavos), a mais do previsto.

Gráfico 4: Arrecadação Anual do IRRF



Fonte: RBWEB SEFIN (2022).

6. COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA

6.1 Fundo de Participação dos Municípios – FPM

O FPM está vinculado à arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), e trata-se da mais importante receita recebida pelo município de Rio Branco, sendo um repasse realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) de 22,5% do total arrecadado com essas receitas e distribuído aos municípios com base no coeficiente de participação determinado anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Nos meses de julho a dezembro os valores repassados têm uma parcela extra de 1% das receitas citadas, com fulcro nas Emendas Constitucionais (EC) nº. 55/2007 e 84/2014. Das receitas recebidas pela STN, 20% são destinadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB), e 15% para as despesas com saúde.

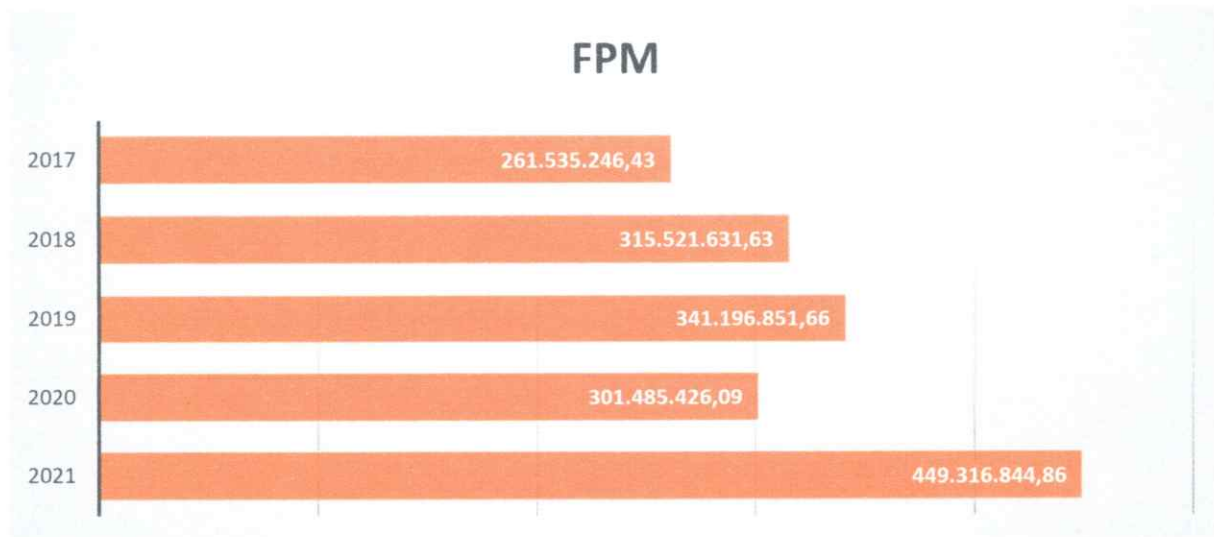
Em 2021 a arrecadação do FPM foi de R\$ 449.316.844,86 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, trezentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), apresentando um valor de R\$ 147.831.418,77 (cento e



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

quarenta e sete milhões, oitocentos e trinta e um mil, quatrocentos e dezoito reais e setenta e sete centavos), a maior que o comparado com o exercício de 2020.

Gráfico 5: Receitas de Transferências – FPM



Fonte: RBWEB SEFIN (2022).

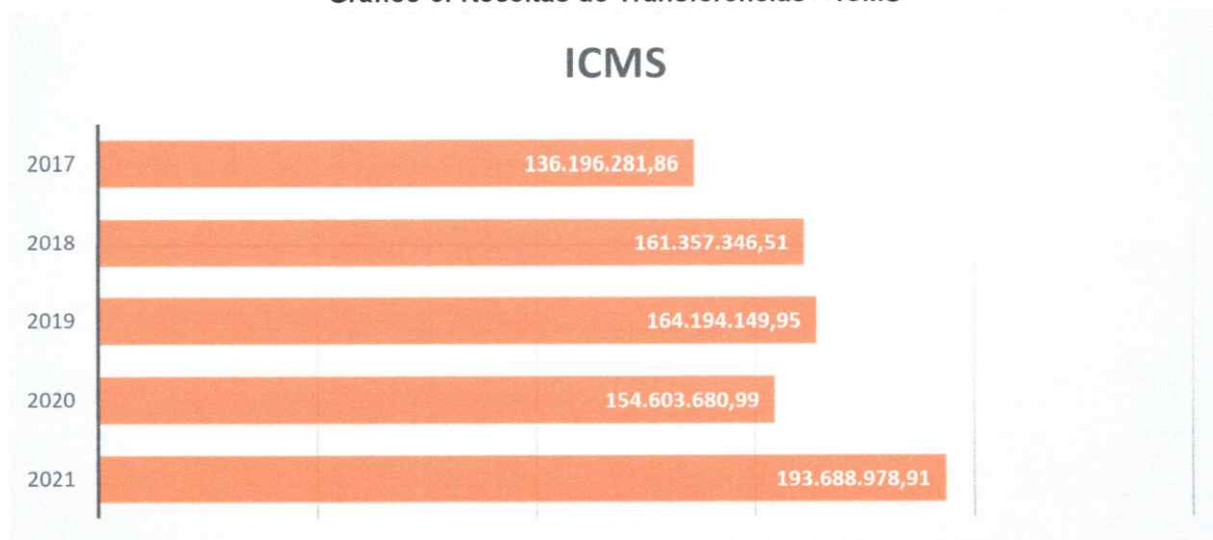
6.2 Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS

Por determinação constitucional, cabe aos municípios 25% do valor arrecadado pelos Estados referente ao ICMS, que é uma receita de grande importância dentre as de transferências.

No exercício de 2021, o repasse realizado pelo Governo Estadual foi de R\$ 193.688.978,91 (cento e noventa e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, novecentos e setenta e oito reais e noventa e um centavos), superando em comparação com o ano anterior em R\$ 39.085.297,92 (trinta e nove milhões, oitenta e cinco mil, duzentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos). Abaixo temos os números desta receita nos últimos quatro anos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Gráfico 6: Receitas de Transferências – ICMS



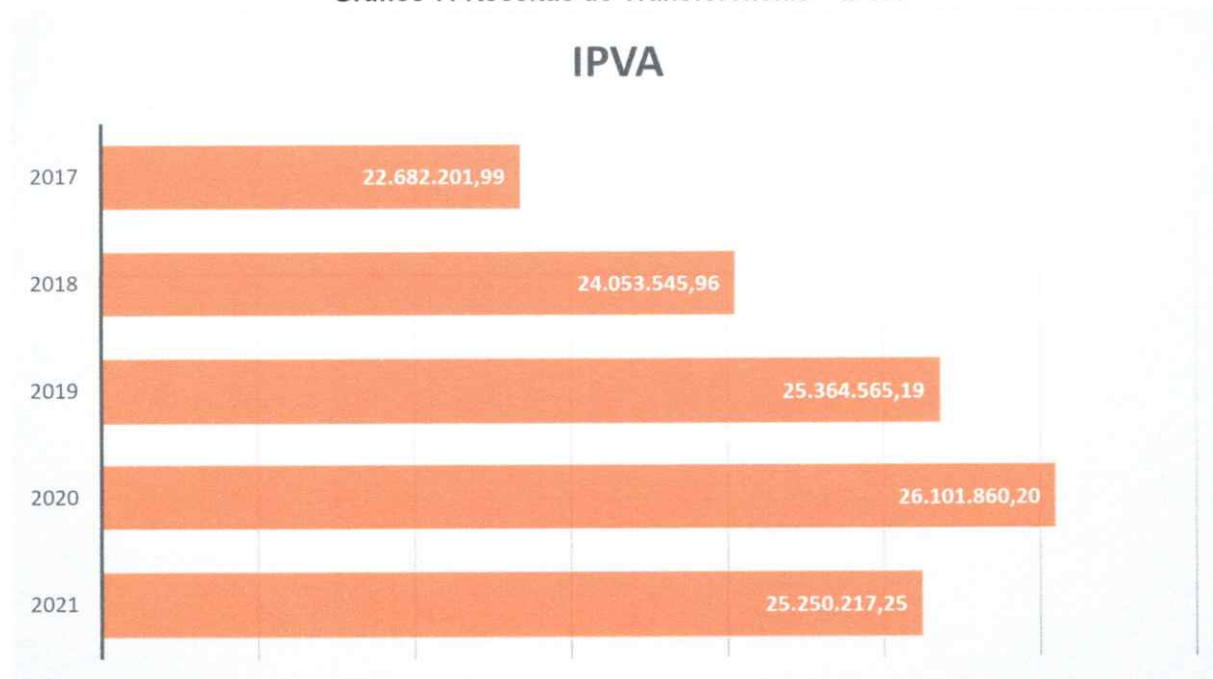
Fonte: RBWEB SEFIN (2022).

6.3 Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA

A receita destinada ao município referente ao IPVA corresponde a 50% da arrecadação, por determinação constitucional, e tem seu principal investimento nas ações de manutenção e melhoria das vias urbanas.

No exercício de 2021 este repasse foi de R\$ 25.250.217,25 (vinte e cinco milhões, duzentos e cinquenta mil, duzentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos), indicando um decréscimo em comparação com os exercícios 2020 e 2019.

Gráfico 7: Receitas de Transferências – IPVA





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

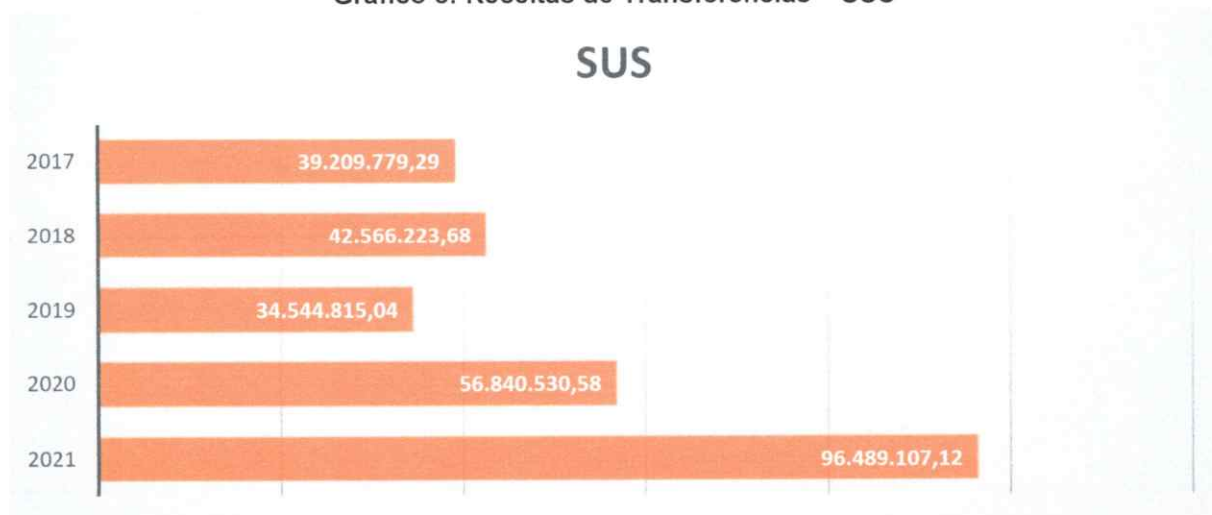
Fonte: RBWEB SEFIN (2022).

6.4 Sistema Único de Saúde – SUS

As receitas advindas de recursos do SUS são estabelecidas em função de variáveis como a população e o número de atendimentos prestados pelas unidades de saúde do município, vinculadas às ações do próprio SUS.

Em 2021 houve um aumento no valor do repasse, totalizando R\$ 96.489.107,12 (noventa e seis milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, cento e sete reais e doze centavos), ultrapassando o previsto.

Gráfico 8: Receitas de Transferências – SUS



Fonte: RBWEB SEFIN (2022).

7. RECEITAS TOTAIS DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

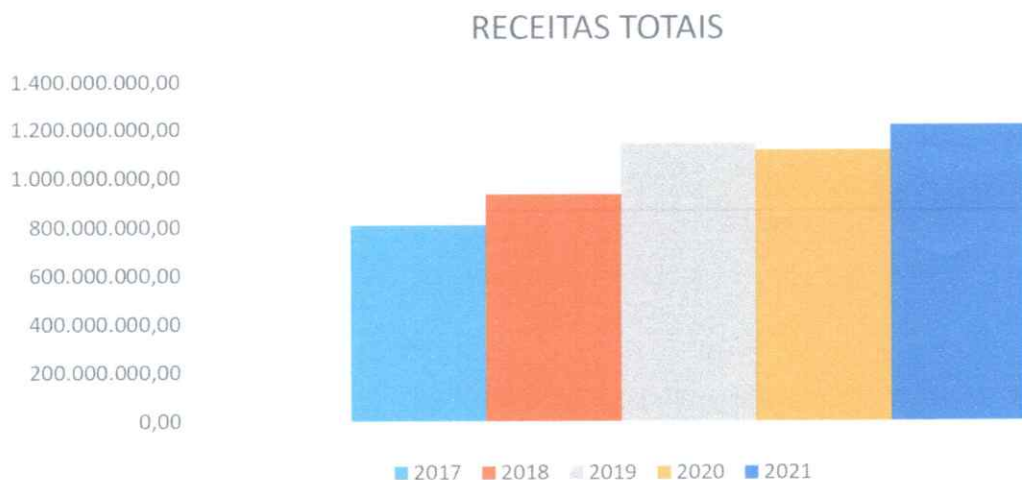
O município de Rio Branco encerrou o ano de 2021 com resultado satisfatório, haja vista que superou a previsão inicial da receita total, considerando diversos fatores, apesar da crise enfrentada por diversos setores no nosso País com o impacto da pandemia da Covid-19 que assola todo o mundo

No exercício de 2021, tivemos uma receita total de R\$ 1.215.700.221,07 (um bilhão, duzentos e quinze milhões, setecentos mil, duzentos e vinte e um mil e sete centavos), superando em R\$ 104.287.807,48 (cento e quatro milhões, duzentos e oitenta e sete mil, oitocentos e sete reais e quarenta e oito centavos), em comparação com o exercício de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Gráfico 9: Receitas Totais PMRB



Fonte: RBWEB SEFIN (2022).

7.1 Superávit Financeiro

Convêm destacar sucintamente que o conceito de *superávit* está ligado diretamente ao resultado financeiro, que é consequência da confrontação dos totais referentes às receitas e às despesas, quando então surgem as situações de superávit ou de déficit financeiro.

O resultado financeiro (superávit ou déficit)¹ é apurado no subsistema de contabilidade financeira, organizado para gerar informações sobre operações que transitaram pelo patrimônio financeiro, resultantes ou não da execução do orçamento.

No caso em questão, apresentamos o superávit do exercício, ou seja, recursos financeiros com pagamentos futuros no encerramento do exercício fiscal totalizam R\$ 160.746.284,92 (cento e sessenta milhões, setecentos e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

Quadro 2. Apuração do Superávit Financeiro de Exercício

Fonte de Recurso	Detalhamento da Despesa	SF Apurado (R\$)
101	Recursos Próprios - RP	101.670.342,04
104	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB	3.155.795,44
106	Convênio com a União	11.818.246,82
107	Convênio com o Estado	815.979,42
108	Operação de Crédito Interno	-864.701,75
114	SUS União	34.621.231,20
115	SUS Estado	242.693,58
116	Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Desenv. da Educação - FNDE	4.491.290,11
117	Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.385.588,77

¹ Informação disponível em

http://www.oim.tmmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo= repositorio/ oim/ documentos/452C256A-9800-9B0B-DE0C78AB2C92197317122008103927.pdf&i=269. Acesso em 24/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

118	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.385.588,77
119	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	88.092,06
120	Alienação de Bens	88.092,06
124	Transferências Vinculadas da União (Emendas)	1.848.046,40
Total Geral		160.746.284,92

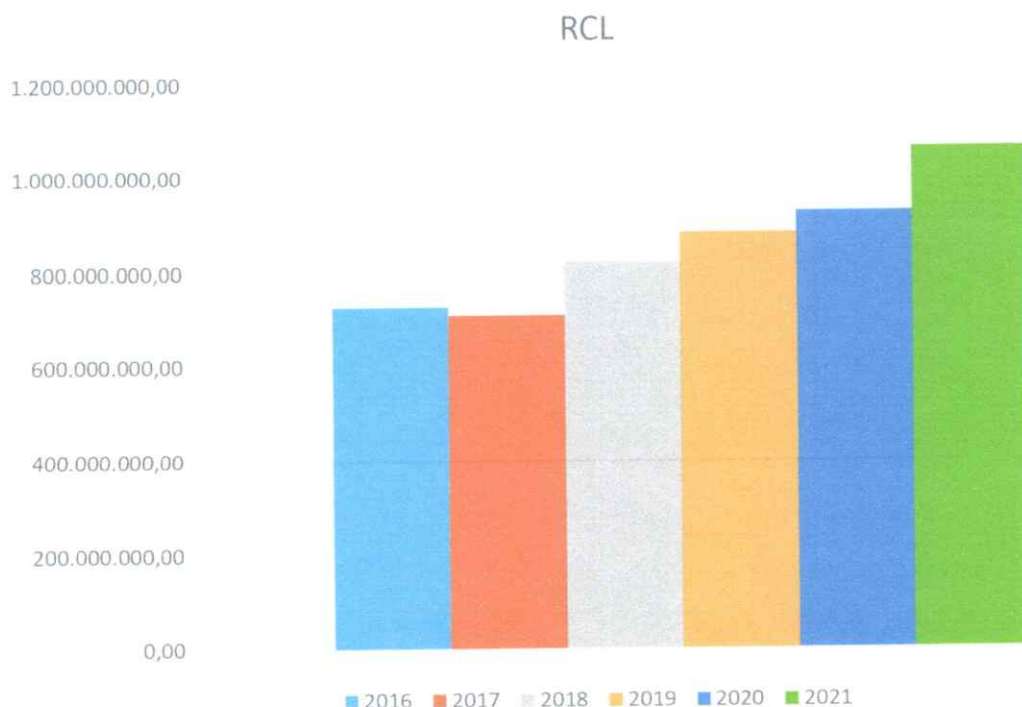
Fonte: DICON/ SEFIN

7.2 Receita Corrente Líquida - RCL

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a RCL é o somatório das receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria, de contribuições patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF (contribuições previdenciárias RPPS, compensação entre regimes de previdência, dentre outros), não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

O principal objetivo da RCL é servir de parâmetro para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação. Os limites foram estabelecidos em parte pela LRF, e em parte por Resoluções do Senado Federal. Em 2021 teve valor de R\$ 1.063.161.803,01 (um bilhão, sessenta e três milhões, cento e sessenta e um mil, oitocentos e três reais e um centavos).

Gráfico 10: Receita Corrente Líquida – RCL



Fonte: Sistema REBWEB.

7.3 Despesas com Pessoal – Executivo

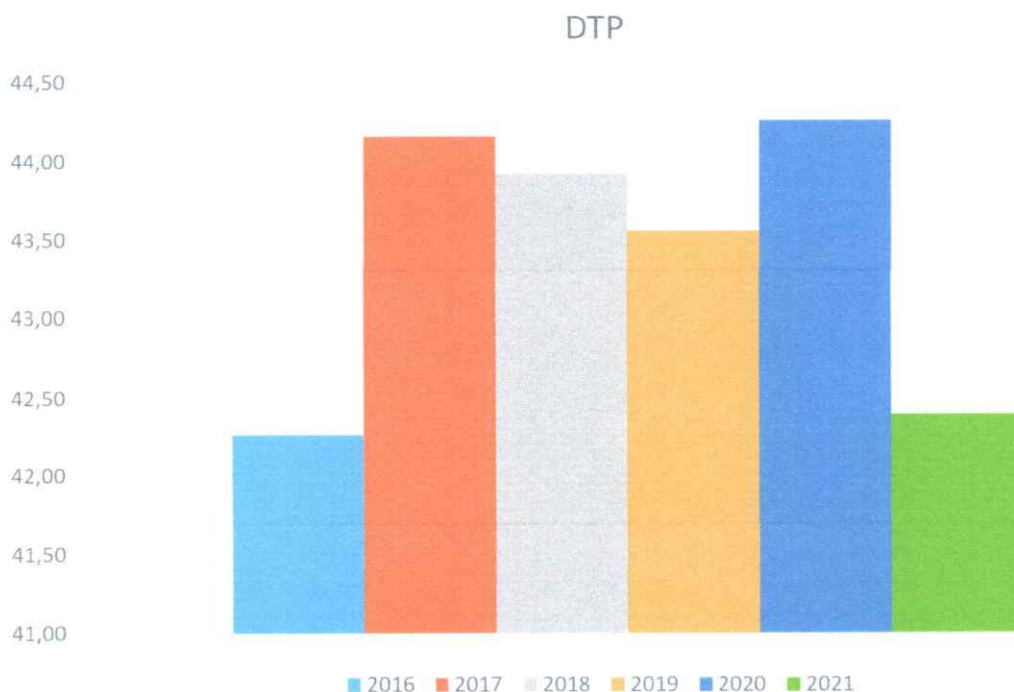
A Despesa Total com Pessoal - DTP compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas nos últimos 12 (doze) meses.

Os limites da DTP estabelecidos pela LRF são:

- **Limite de Alerta (48,60% da RCL);**
- **Limite Prudencial (51,30% da RCL):** impede concessão aumentos, vantagens, contratações, horas extras, criação de cargos, etc;
- **Limite Máximo (54% da RCL):** percentual excedente deve ser eliminado em até dois quadrimestres com extinção de cargos e funções, redução salários, redução jornada, redução comissionados, exoneração de servidores.

O Município de Rio Branco teve a DTP de R\$ 409.723.502,59 (quatrocentos e nove milhões, setecentos e vinte e três mil, quinhentos e dois reais e cinquenta e nove centavos), estando abaixo do limite de alerta com 42,39% sobre a RCL, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 11: Percentual da Despesa Total com Pessoal



Fonte: Sistema REBWEB.

7.4 Limite Constitucional de Investimentos em Saúde

As Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde - DASPS tem aumentado nos últimos anos, haja vista que a procura por parte da população tem sido maior, e o

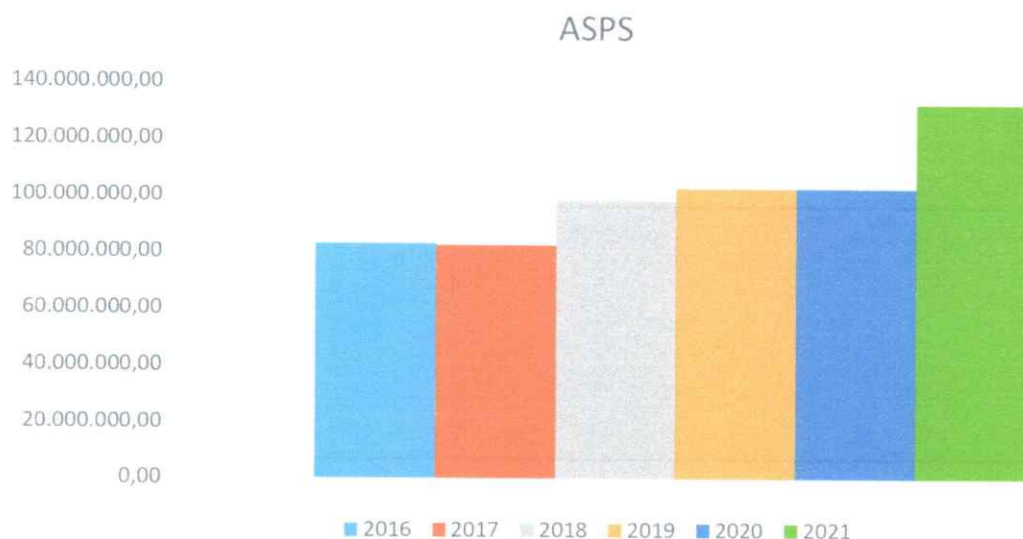


PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

município, no intuito de oferecer melhores serviços e atendimentos, tem investido mais nesta área.

Em 2021 tais despesas totalizaram um valor de R\$ 132.665.880,68 (cento e trinta e dois milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e oitenta reais e sessenta e oito centavos), correspondendo a 15,63%, atendendo ao limite mínimo constitucional de 15%.

Gráfico 12: Despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS



Fonte: Sistema REBWEB.

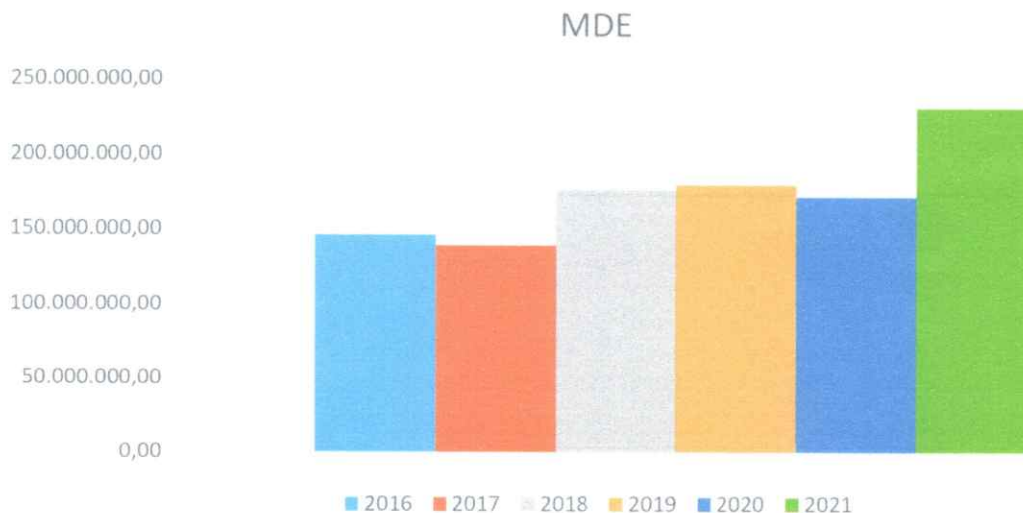
7.5 Limite Constitucional de Investimentos em Educação

Com o crescente número de alunos na rede municipal de ensino, e esta ser uma das áreas prioritárias do governo, as despesas com MDE cresceram ao longo dos últimos dois anos, demonstrando o compromisso com o serviço público de qualidade.

O valor aplicado na educação no exercício de 2021 foi de R\$ 230.843.909,54 (DUZENTOS e trinta milhões, oitocentos e quarenta e três mil, novecentos e nove reais e cinquenta e quatro centavos), correspondendo a 26,07% em recursos aplicados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Gráfico 13: Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE



Fonte: Sistema REBWEB.

8. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

8.1 Plano Plurianual – PPA

Quadro 3 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código na LOA: 01.009.000.000						
Denominação do Programa: 0502 - Gestão Pública						
Objetivo: Promover a democratização, o acesso aos serviços públicos e o desenvolvimento econômico municipal.						
Órgão responsável: Secretaria Municipal de Finanças						
Desempenho do Programa no exercício de 2021						
Valor total		Investimento		Manutenção		
Previsto (a)	Executado (b)	Previsto (c)	Executado (d)	Previsto (e)	Executado (f)	
9.564.000,00	4.589.125,63	1.594.000,00	0,00	7.970.000,00	4.589.125,63	
48 % (b/a)*100:		0,00 % (d/c)*100:		58 % (f/e)*100:		
Monitoramento da evolução dos indicadores						
Indicador	Fonte	Índice mais recente (a)	Desejado ao final do PPA (b)	Índice atual (c)	% Realização (c-a)*(100/(b-a))	
Receita Tributária do Município (crescimento) / Receita Total/Receita Corrente - (%)	SEFIN/STN	12	20	15,34	41,75%	
Desempenho orçamentário e financeiro no exercício de 2021						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.700.004,00	4.999.156,72	5.264.839,63	4.589.125,63	4.589.125,63		57.935,27
Desempenho orçamentário e financeiro acumulado - 2021/2020						
Dotação Final		Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

13.796.893,00

8.879.801,92

8.120.426,08

8.120.426,08

240.616,75

8.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

Quadro 4 – Demonstrativo da Execução Física e Financeira das Ações

Órgão responsável: Secretaria Municipal de Finanças

Programa: Gestão Pública

Código na LOA: 01.009.000.000

Ação	Produto (un)	Meta física			Dotação (R\$)		Despesa 2021 (R\$)		
		Prevista (a)	Realizada acumulada (b)	% (b*100)/a	Inicial	Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga
Contratação de Empresa para Atualização da Planta Genérica de Valores-PGV	Und	1	0	0	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Premiação para o Programa de Incentivo ao Recadastramento	Und	1	0	0	100.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Drone	Und	1	0	0	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Contratação de Cursos de Capacitação para Servidores	Und	1	0,50	50%	100.001,00	50.000,00	2.666,67	2.666,67	2.666,67
Manutenção do Gabinete do Secretário	Und	1	0,40	41,10%	379.001,00	0 329.001,00	135.247,53	66.828,88	66.828,88
Programa de Incentivo a Cultura	Und	1	1	0	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Modernização da Administração Tributária	Und	1	0,21	21%	1.624.117,00	4.604.423,32	1.325.795,05	986.995,05	986.995,05
Manutenção do Departamento de Tesouraria	Und	3	0	0	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00
Manutenção do Departamento de Administração Tributária	Und	1	0	0	60.002,00	60.002,00	51.000,00	0,00	0,00
Manutenção das Atividades do Programa Nota Premiada/Lei Municipal nº 2157/2015	Und	1	1	100%	178.000,00	145.000,00	137.840,54	137.840,54	137.840,54



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Manutenção das Atividades do Programa IPTU em dia dá Prêmios / Lei Municipal nº 1962/2013	Und	1	0	0	94.000,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00
Manutenção das Atividades do Programa de Educação Fiscal	Und	1	0	0	90.000,00	155.000,00	0,00	0,00	0,00
Manutenção dos Serviços Administrativos das Divisões da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN	Und	1	0,77	77%	2.484.875,00	3.071.875,00	2.407.064,76	2.387.940,76	2.387.940,76
Manutenção e Suporte Técnico da Rede Metropolitana Prefeitura Digita	Und	1	0,72	72%	900.000,00	900.000,00	840.136,54	652.396,44	652.396,44
Manutenção do Sistema de Gestão Tributária - Simples Nacional	Und	1	0,64	64%	30.000,00	30.000,00	28.893,75	19.262,50	19.262,50
Manutenção do Sistema de Gestão de Informações Territoriais, Execução de Atividades de Coleta e Atualização de Dados	Und	1	0,92	92%	150.000,00	166.662,40	153.840,00	153.840,00	153.840,00
Serviço de Postagens	Und	1	0,27	27%	350.000,00	480.023,63	131.079,05	130.079,05	130.079,05
Confecção de Carnês de IPTU	Und	1	0,61	61%	50.000,00	83.000,00	51.275,74	51.275,74	51.275,74
Aquisição dos Certificados Digitais (Sistema Eletrônico Única de Fiscalização do Simples Nacional)	Und	1	0	0	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manutenção dos CACs e OCA	Und	1	0	0	100.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

8.3 Lei Orçamentária Anual- LOA

8.3.1 Receita

Quadro 5 – Composição das receitas executadas

Categoria Econômica	2021		2020		%
	R\$ (a)	%	R\$ (b)	%	
Receitas Correntes (I)	1.001.809.893,00	98%	1.947.550.699,14	98%	- 48,56
Receitas Tributárias	141.962.939,00	13,92%	1.051.120.120,80	52,76%	- 86,49
Receitas de Contribuições	39.746.351,00	3,90%	43.597.152,14	2,19%	- 8,83
Receitas Patrimoniais	39.860.302,00	3,91%	39.183.782,90	1,97%	- 1,73
Receitas Industriais	6.040.099,00	0,59%	2.000.259,57	0,10%	- 201,97
Receitas de Serviços	9.740.985,00	0,96%	10.683.407,10	0,54%	- 8,82
Transferências Correntes	761.365.819,00	74,66%	798.525.331,26	40,08%	- 4,65
Outras Receitas Correntes	3.093.398,00	0,30%	2.440.645,37	0,12%	- 26,75
Receitas de Capital (II)	18.005.789,00	2%	44.605.470,17	2%	- 59,63
Operações de Crédito	2.500.000,00	0,25%	25.959.758,28	1,30%	- 90,37
Alienação de Bens	-				
Amortização de Empréstimos	-				
Transferências de Capital	8.912.122,00	0,87%	18.645.711,89	0,94%	- 52,20
Outras Receitas de Capital	6.593.667,00	0,65%			
Total das Receitas (III) = (I+II)	1.019.815.682,00	100%	1.992.156.169,31	100%	- 48,81

Fonte: Sistema REBWEB: Demonstrativo da Receita por Natureza e Relação de Previsão Adicional de Receita

Quadro 6 – Demonstrativo da Previsão e Realização de Receitas Orçamentárias

Categoria Econômica	Receita	
	Previsão Atualizada	Arrecadada
I - Receitas do Tesouro	1.010.038.781,51	920.190.721,16
I.1 - Receitas Correntes	724.229.718,00	920.190.721,16
Receitas Tributárias	141.269.212,00	183.118.319,25
Receitas de Contribuições	295.359,00	398.492,72
Receitas Patrimoniais	1.218.389,00	7.653.478,72
Receitas Industriais	-	-
Receitas de Serviços	9.644.604,00	13.295.385,93
Transferências Correntes	570.578.960,00	715.016.917,53
Outras Receitas Correntes	1.223.194,00	708.127,01



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

I.2 - Receitas de Capital	285.809.063,51	0,00
Operações de Crédito		
Alienação de Bens		
Amortização de Empréstimos		
Transferências de Capital		
Outras Receitas de Capital		
II - Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores	285.809.063,51	
III - Excesso de Arrecadação		
IV - Superávit/Déficit		

Fonte: Sistema REBWEB

8.3.2 Despesas

Quadro 7 – Programação das Despesas Correntes

ORIGEM DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS		Grupos de Despesas Correntes					
		Pessoal e Encargos Sociais		Juros e Encargos da Dívida		Outras Despesas Correntes	
		Despesa (R\$)					
		Fixada	Executada	Fixada	Executada	Fixada	Executada
Dotação Inicial LOA (a)		1,00	-	47.665.758,00	39.413.963,38	6.329.999,00	4.589.125,63
Créditos	Suplementares (b)	-	-	5.801.220,14	-	5.108.186,03	-
	Especiais (c)	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários (d)	-	-	-	-	-	-
	Cancelados (e)	-	-	-	-	-	-
Outras Operações (f)		-	-	12.181.769,8	-	1.643.193,68	-
Total = a+b+c+d-e+/-f)		1,00	-	41.285.208,29	39.413.963,38	9.794.991,35	4.589.125,63

Fonte: Sistema REBWEB

Quadro 8 – Programação das Despesas de Capital

ORIGEM DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS		Grupos de Despesas de Capital					
		Investimentos		Inversões Financeiras		Amortização da Dívida	
		Despesa (R\$)					
		Fixada	Executada	Fixada	Executada	Fixada	Executada
Dotação Inicial LOA (a)		370.005,00	191.000,00	-	-	21.804.318,00	16.680.223,38
Créditos	Suplementares (b)	-	-	-	-	816.149,09	-
	Especiais (c)	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários (d)	-	-	-	-	-	-
	Cancelados (e)	-	-	-	-	-	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

Outras Operações (f)	35.000,00	-	-	-	5.850.146,63	-
Total = a+b+c+d-e+/-f)	335.005,00	191.000,00	-	-	16.770.320,46	16.680.223,38

Fonte: Sistema REBWEB

Quadro 9 – Despesa Total do Órgão

Especificação	Despesa (R\$ mil)	
	Empenhada	Paga
Modalidade de Licitação (I)	4.870.190,15	2.753.022,82
Convite	-	-
Tomada de Preços	-	-
Concorrência	-	-
Pregão	2.690.639,17	2.690.639,17
Registro de Preços	-	-
Regime Diferenciado de Contratação	-	-
Adesão a Registro de Preços	2.179.550,98	62.383,65
Chamamento Público	-	-
	-	-
Contratações Diretas (II)	4.023.764,60	990.825,79
Dispensa em razão do valor	16.000,00	2.666,67
Dispensa	-	-
Inexigibilidade	4.007.764,60	988.159,12
Credenciamento	-	-
	-	-
Diárias (III)	12.250,00	10.500,00
Convênios de Despesas (IV)		
Outras Despesas (V)		
Despesa Total do Órgão (I+II+III+IV+V)	8.906.204,75	3.754.348,61

Fonte: Sistema REBWEB

9. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Considerando o cenário político e econômico brasileiro, a Prefeitura Municipal de Rio Branco pode analisar como positiva sua atuação frente as demandas dos seus cidadãos, desempenhando de forma ética e responsável as atribuições definidas para o exercício de 2021, superando as dificuldades que afetam diretamente a gestão pública, buscou os resultados estabelecidos no Plano de Governo.

Foi desafiador manter as receitas e despesas estáveis, gerando um grande esforço da gestão fiscal para que todas as Secretarias e Órgãos pudessem cumprir com as ações e projetos previstos. Para tal, se fez necessário tomar medidas de ajuste, como



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Secretaria Municipal de Finanças- SEFIN

a redução de despesas, reforma administrativa, visando sempre o equilíbrio das contas públicas.

Medidas para ampliação das receitas também foram adotadas, pode-se verificar nos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2021, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, que o município cumpriu com os limites estabelecidos e findou em boa condição fiscal.

Dessa forma, a capacitação e desenvolvimento dos nossos recursos humanos é imprescindível, bem como o constante investimento em tecnologia da informação e comunicação, para que alcancemos cada vez mais nossa população com a prestação de serviços de excelência.

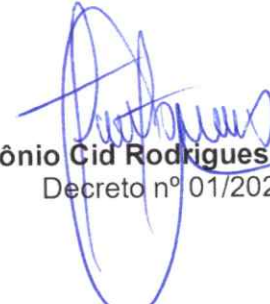
Por fim, a SEFIN continua buscando melhorias para seus servidores e contribuintes, a SEFIN através do Instituto Aquila de Gestão, vem desenvolvendo um plano de ação, onde foi priorizado as novas implementações na administração tributária, sendo elas:

- Atualizar Planta Genérica de Valores/Cadastro de imóveis do município de Rio Branco;
- Revisão de cadastro do contribuinte/imobiliário (IPTU);
- Criação do site da SEFIN;
- Implantação do domicílio tributário eletrônico;
- Implantação de sistema de arrecadação do ISS de cartão de crédito e instituições financeiras.

Rio Branco, Acre – 24 de março de 2022.



Paulo Henrique de Oliveira Araújo
Decreto nº 584/2021



Antônio Cid Rodrigues Ferreira
Decreto nº 01/2021